

RESUMO

Muito se especula sobre o que realmente ocorre dentro das Unidades de Internação; sobre o tratamento dependido aos internos, normas de conduta, formas de controle, atividades diárias, profissionais envolvidos... Há, sem dúvida alguma, muita informação oficial acerca da rotina das unidades, porém, nem sempre a informação oficial condiz com a realidade. Por isso, a base deste artigo será a pesquisa empírica baseada nas observações do autor ao longo dos quatro anos em que trabalhou em unidades de internação, e não o modelo ideal de internação apresentado oficialmente pelo Estado.

Como as unidades são em enorme número, este estudo ficará restrito ao Complexo Raposo Tavares composto pelas unidades 22, 27, 28, 37 e 38, e objetivará demonstrar o contraste entre elas, por serem unidades que se encontram em situações bastante distintas.

Palavras-chave: Unidade de Internação. Medida Socioeducativa. CASA.

ABSTRACT

Much has been speculated about what actually happens within the inpatient units; treatment depended on the internal rules of conduct, forms of control, daily activities, professionals... There is undoubtedly a wealth of information about the official routine of the units, however, for the proposed analysis, it only matters how things really happen (be / practice) and not as they should occur (theory / should be). Which is to say that the basis of this study will be empirical research based on the author's observations over the four years he worked in inpatient units, not the paragon of hospitalization officially presented by the State.

As the units are large in number, the study is restricted to Raposo Tavares Complex composed of the units 22, 27, 28, 37 and 38, more specifically the contrast between them, being units which are quite different situations.

Keywords: Inpatient Unit. Socio Measure. CASA.

* Bacharel em letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Licenciado pela Faculdade de Educação da USP onde realiza seu mestrado na linha de pesquisa: Estado, Sociedade e Educação. Professor de Antropologia do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas. Ex-professor do CASA; local no qual efetuou suas pesquisas empíricas.

1. Introdução

Para entender o funcionamento das unidades e como o mesmo interfere no tratamento dos adolescentes que lá se encontram é necessário conhecer os distintos grupos de funcionários que mantém contato direto com os mesmos, as atividades propiciadas, os distintos sistemas de controle empregados e a rotina das mesmas. Por isso, a seguir, explicaremos sucintamente estes aspectos.

2. Os Profissionais e as Atividades Propiciadas

Existem quatro grandes grupos de profissionais que trabalham nas unidades: a equipe de segurança, a equipe técnica, a equipe pedagógica e a equipe de professores.

2.1. Equipe de Segurança

Como o próprio nome sugere, a equipe de segurança é responsável por garantir a segurança dos internos, a disciplina, a ordem. É a que tem o contato mais prolongado com os mesmos e, em virtude disto e de suas atribuições naturais, a que se envolve na maioria dos conflitos. Em grande parte é formada por homens com o segundo grau completo. Os “agentes de pátio”, como são chamados, são subordinados aos coordenadores de pátio que por sua vez respondem ao diretor da unidade. Funcionam no sistema de plantões onde equipes inteiras são substituídas ao passar de determinado período – o que frequentemente gera grandes problemas de comunicação dadas as diferenças entre o que foi dito ou decidido por um plantão e o que é posto em prática por outro.

2.2. Equipe Técnica

Há também a equipe técnica, responsável, primordialmente, pela parte burocrática e documental. É ela que realiza os relatórios de acompanhamento dos adolescentes que são enviados periodicamente aos juízes. É a equipe que possui contato menos direto com os adolescentes posto que,

em sua grande maioria, realizam o atendimento aos mesmos de forma isolada em salas separadas da unidade. É composta, em sua esmagadora maioria, por mulheres com nível superior completo (normalmente psicólogas e assistentes sociais). As “técnicas”, como são chamadas, são subordinadas a um encarregado técnico que por sua vez responde ao diretor da unidade. A equipe é una e não trabalha no sistema de plantões. O distanciamento com o cotidiano dos adolescentes e com seu comportamento em grupo é um dos principais problemas encontrados pela equipe. O número de relatórios é muito grande o que diminui sensivelmente o tempo que pode ser empregado na observação e no atendimento aos adolescentes.

2.3. Equipe Pedagógica

A equipe pedagógica é responsável pelas atividades pedagógicas realizadas no período oposto ao das aulas e pelo acompanhamento das aulas da chamada “escola formal”. Ela também produz relatórios de acompanhamento pedagógico que são remetidos às técnicas para o envio ao juiz. A equipe possui contato direto com os adolescentes, porém, por um período menor que o da equipe de segurança. É composta por mulheres e homens com nível superior em distintas áreas sendo que predominam as primeiras. As “pedagógicas”, como são chamadas, são subordinadas a um coordenador pedagógico que por sua vez se subordina ao diretor. Esta equipe também é una, não trabalhando no sistema de plantões, o que propicia maior coerência e continuidade em suas ações. Não obstante seu papel de grande importância é a equipe que goza de menor prestígio dentro da instituição e, por vezes, tem de abrir mão de suas atividades em detrimento de outras.

Essas três equipes são a base interna de funcionamento das unidades, porém, existe uma base externa que são os professores do ensino público (escola formal) e os cursos profissionalizantes.

2.4. Professores e Cursos Profissionalizantes

Por força de lei os internos da Fundação devem ter acesso à escola como qualquer outro adolescente. Como seria praticamente impossível locomovê-los diariamente da unidade à escola, os professores da escola (normalmente da escola estadual mais próxima) se deslocam até as unidades. Realizam relatórios de acompanhamento dos alunos (em algumas unidades) além de ministrarem regularmente suas aulas – como em qualquer escola pública. A equipe é composta por homens e mulheres (com pequena preponderância das últimas) com nível superior distinto de acordo com a matéria que ministram. Mantém contato direto com os alunos durante o período determinado de suas aulas. Mais uma vez a equipe é una, porém responde ao diretor da escola vinculadora, e não ao da unidade – fato que por si só é capaz de gerar conflitos. Por ser um corpo estranho à instituição e pelos demais fatores anteriormente citados, não é incomum o choque entre este e aquela, principalmente em aspectos relacionados à segurança e à pedagogia.

Os cursos profissionalizantes são desenvolvidos normalmente através da parceria entre ONGs e a instituição e são ministrados por profissionais da área. Estes por sua vez não fazem parte da instituição e tem pequeno contato com os adolescentes e com o sistema em si.

3. Sistemas de Controle

Dependendo do número de adolescentes internados, da periculosidade dos mesmos, do perfil dos coordenadores de pátio, do diretor e principalmente do número de funcionários da segurança será adotado o sistema que melhor se adapta às condições da unidade. Existem basicamente três tipos de sistema de controle empregados na instituição: o sistema que poderíamos chamar de autoritário, o de barganhas e o misto.

No primeiro temos como pressuposto um grande número de funcionários da área de segurança (interna e externa) – em relação ao número de internos – e coordenadores de perfil mais agressivo. Neste sistema a autoridade e o

poder encontram-se quase que completamente nas mãos da equipe de segurança. Esta equipe acaba por controlar as outras e ditar os parâmetros de trabalho, contando com total apoio da direção. Os internos têm pouca ou pouquíssima liberdade de locomoção e de ação. Em alguns casos, durante aulas ou cursos, são proibidos de levantar das cadeiras e devem permanecer, mesmo em sala de aula, sob o campo de visão da segurança. São escoltados em fila durante a transição de uma área da unidade à outra e revistados.

Tal sistema tem como consequência uma relação mais conflituosa entre a segurança e os adolescentes e mais amistosa entre os educadores e estes últimos. Isto, pois nestes casos os adolescentes veem as atividades pedagógicas e profissionalizantes como uma forma de escapar de um sistema normativo extremamente rígido, ou seja, para eles tais atividades são mais positivas que a permanência num pátio ou nos quartos sob fortes limitações – até de locomoção. Além disso, neste os relatos de maus-tratos e de abuso de autoridade são em muito maior número. Aparentemente este sistema rígido apresenta algum nível de segurança para os adolescentes, porém, com o passar do tempo o que se percebeu é que o número de conflitos entre instituição e internos diminuiu, porém, tornou-se muito mais intenso / agressivo. Este é o sistema de controle implementado atualmente nas unidades 27 e 28. É importante notar que tal sistema, apesar de indesejável, não é novo como nos mostra Winnicott¹:

Finalmente temos a instituição ainda maior, que faz tudo o que pode por crianças sob condições impossíveis. Tais instituições ainda terão que existir por algum tempo. Tem que ser dirigidas por

¹ O pediatra e especialista em psicanálise infantil D. W. Winnicott nasceu em Plymouth em 1896. Participou da primeira guerra mundial e durante a segunda coordenou alojamentos para crianças e adolescentes londrinos que perderam a família ou que se afastaram das mesmas pela guerra. Tais alojamentos, além de propiciar um lar, ainda que precário, possibilitaram o tratamento e acompanhamento médico das mesmas, o que, segundo o autor, garantiu que muitas não chegassem aos tribunais. Seus textos, em alguma medida, serviram de base teórica para nossas instituições que cuidam de adolescentes em conflito com a lei.

métodos ditatoriais, e o que é bom para cada criança tem que estar subordinado às limitações do que a sociedade pode prover-lhes imediatamente. Aqui está uma boa forma de sublimação para ditadores potenciais. É possível até encontrar vantagens nesse indesejável estado de coisas uma vez que, havendo predominância dos métodos ditatoriais, as crianças irremediavelmente difíceis poderão ser controladas de modo a não se colocarem em apuros com a sociedade durante longos períodos. (WINNICOTT, 2005, p.205)

Não obstante tais afirmações, é importante relevar que tal sistema já deveria ter sido superado há tempos e que o positivo do mesmo é a proteção da sociedade em face aos adolescentes; dos adolescentes com relação a eles mesmos e destes com relação a sociedade (vingança privada).

Outra opção adotada pela instituição - quando não é possível aplicar a anteriormente descrita - é o sistema de barganhas (territorialização) que ocorre quando não há funcionários de segurança suficientes para o número de internos e o perfil da coordenação e da direção é mais conciliatório que conflitivo ou simplesmente quando não há meios suficientes para a manutenção do controle. Neste caso a segurança faz tratos com alguns internos que acabam se tornando uma espécie de liderança garantidora da ordem e da disciplina, vez que tal papel não é assumido por nenhum dos demais grupos. Neste sistema a autoridade e o poder já não estão nas mãos nem dos internos enquanto coletividade e nem da segurança, mas deste normalmente pequeno grupo de internos que delega as funções e comanda as atividades. A manutenção de pequenos grupos no controle de determinadas atividades, sem qualquer forma de eleição ou escolha democrática, reflete mera assunção da autoridade/tomada de poder o que comumente gera problemas.

Incidindo isto as equipes pedagógicas e de professores são de fundamental importância, pois, na medida do possível, por meio de conversa garantem o andamento, ainda que precário, das atividades e impedem (em alguns casos) rebeliões e revoltas.

Normalmente, em decorrência de tal sistema, as tarefas pedagógicas são realizadas de forma problemática - já que para o adolescente, nestes casos é mais interessante a permanência livre no pátio desfrutando de jogos e da companhia dos colegas do que acompanhar espontaneamente as atividades pedagógicas. Com isso, o choque entre adolescentes e as equipes pedagógicas (interna e externa) se torna mais frequente ao passo que ocorre a diminuição do choque entre a segurança e os internos. Este sistema não apresenta qualquer garantia para os funcionários de forma geral e principalmente para os internos que ficam a mercê de sua capacidade de socialização posto que devem agradar uns aos outros para manterem sua saúde resguardada. O resultado final deste processo é a rebelião, pois em algum momento já não se tem mais nada a barganhar, ou seja, quando a segurança já não pode oferecer mais nenhuma regalia ou benefício para este pequeno grupo que controla a unidade, há a rebelião. Tal sistema é inadequado por submeter toda uma unidade (funcionários e internos) aos mandos de um pequeno grupo de adolescentes que por vezes causam ou resolvem problemas de forma arbitrária não obedecendo necessariamente as normas estatais. Em muitos casos os acordos feitos são ilegais e não trazem qualquer benefício para o tratamento ou para o próprio sistema de contenção.

É importante frisar que na maioria dos casos o que se vê é o apoio dos internos (a este grupo que controla) de forma voluntária parecendo que os mesmos não percebem que, em geral, os únicos privilegiados com os acordos são estas lideranças que se alimentam melhor, não são obrigados a realizar as atividades de limpeza e manutenção da unidade, não frequentam as atividades educacionais (o que na visão deles é positivo), assistem mais tempo a televisão etc. Este é o sistema de controle em funcionamento na unidade 37 e 38.

O terceiro caminho observado em termos de sistema de controle é o denominado misto. Tal sistema tem como pressuposto o número de funcionários da segurança suficiente ou pouco abaixo do necessário e uma coordenação e direção com perfil mais

conciliatório que conflitivo/autoritário. Neste caso há a imposição das normas com a explicação das mesmas; há o dialogo e não barganhas, sempre observando os limites legais. A autoridade e o poder permanecem nas mãos da instituição como um todo e não de uma das equipes e nem dos adolescentes. A pedagogia e as técnicas têm seus relatórios como ferramenta coercitiva; os professores as notas e a equipe de segurança as sanções legais previamente apresentadas aos internos. A manutenção da ordem e a educação são tarefas de responsabilidade comum a todos os setores.

Este sistema tem como principais efeitos a diminuição do número de conflitos entre a instituição e os adolescentes e na intensidade dos mesmos; dos relatos e denúncias de maus-tratos e abuso de poder; e a melhoria do relacionamento entre equipes e entre estas e os internos. Pelos fatores mencionados o mesmo é tido como sistema mais próximo ao ideal. Somente uma das cinco unidades do complexo se aproxima deste modelo: a unidade 22. Este sistema vai ao encontro do que observa Winnicott: “Se é preciso haver um ambiente rigoroso, estão que seja coerente, confiável e justo, para que possa ter valor positivo” (WINNICOTT, 2005, p.207).

4. O cotidiano nas Unidades

De um modo geral as atividades nas unidades de internação da Fundação Casa funcionam primordialmente em dois períodos: em um há a escola formal e no outro as atividades pedagógicas, cursos profissionalizantes e o atendimento técnico. Atualmente há uma tendência que vem se intensificando: a divisão da unidade em ao menos dois grupos (alas) com a manutenção de todas as referidas atividades nos dois períodos, ou seja, enquanto metade da unidade assiste às aulas da escola formal a outra metade realiza os cursos, atendimentos e trabalhos pedagógicos.

Num dia normal, em unidades que adotam o sistema de controle autoritário ou o misto (UI 22, 27 e 28) todos os adolescentes acordam (por volta das 06:00), realizam sua higiene pessoal, tomam o café da manhã, vão para a aula (por volta das 07:30) que pode ser da escola formal ou dos cursos, tomam um

lanche, retornam para suas atividades, almoçam; voltam às aulas (por volta das 13:00) agora invertendo cursos ou escola formal, lancham, regressam para suas atividades pedagógicas e/ou profissionalizantes que se encerram às 18 horas, jantam, realizam a higienização novamente e dormem.

No caso da unidade 38, por estar ainda no início do processo de controle por meio dos acordos ou barganha (saindo do modelo autoritário), os horários permanecem praticamente os mesmos, porém, com uma maior incerteza e volatilidade com relação a realização das tarefas, havendo atrasos e cancelamentos das atividades. Até pela falta de funcionários os processos de transição entre uma área e outra da unidade são mais lentos e os atrasos mais frequentes.

Já no caso da unidade 37, que está no final do processo de barganha, ou seja, já não há mais onde ou no que ceder e grande parte da equipe de segurança sequer adentra ao pátio, os horários são mantidos e regulados pelos próprios internos o que impossibilita a análise dos mesmos (dada sua inconstância).

É importante frisar que a tendência de se separar a unidade em módulos vem no sentido de possibilitar um maior controle por parte dos funcionários em relação aos internos já que são trabalhados grupos menores em espaços físicos distintos. Se deste ponto de vista esta mudança tem se mostrado relativamente eficaz e, portanto, positiva, do ponto de vista da logística das atividades tem se mostrado negativa vez que se gasta bastante tempo na transição de um espaço ao outro.

5. Estatísticas da Privação

A partir de uma pesquisa realizada com 1190 internos, pelo Instituto Uniemp, em maio de 2006, é possível retirar alguns dados bastante interessantes:

- 51% dos entrevistados morava somente com a mãe antes de sua internação. Destes, 49% indicaram como causa a separação dos pais, 27% o falecimento do pai, 11% não conheceram o pai ou foram

abandonados enquanto ainda eram crianças.

- 7% morava somente com o pai. Destes, 24% indicaram como causa o falecimento da mãe, 21% a separação dos pais e 7% o abandono enquanto ainda eram crianças.
- 19% morava sem o pai e sem a mãe.
- 29% dos entrevistados afirmou ter conhecimento da ocorrência de morte violenta na família.

6. Conclusão

Após a análise dos dados, fica evidente que a situação em que se encontram as unidades de internação do Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (antiga Febem) é muito heterogênea e distinta

daquela apresentada institucionalmente, sobretudo pelo site da instituição.

As ocorrências que desrespeitam os Direitos Humanos, o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o regimento interno unificado da instituição são comuns e frequentes constituindo-se, em algumas unidades, como regra.

A antiga Febem é hoje uma quimera composta por Unidades que vão de "modelos internacionais de internação" até verdadeiras "prisões" passando por "depósitos de adolescentes".

Adolescentes que, via de regra, sofreram algum tipo de privação ou violência e que deverão contar com a sorte de serem confinados em uma *boa unidade* para não continuarem sofrendo dos mesmos males que, em última análise, fomentaram a conduta desviante.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CENTROS DE DEFESA. **Justiça Juvenil**: a visão da ANCED sobre seus conceitos e práticas, em uma perspectiva dos Direitos Humanos. São Paulo: ANCED, 2007.
- ALVES, Sirlei F. T. **Efeitos da internação sobre a psicodinâmica de adolescentes autores de ato infracional**. São Paulo: IBCCRIM, 2005.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- BERVIAN, Pedro; CERVO, Amado; DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.
- CALIMAN, Geraldo. **Desvio social e delinquência juvenil**: teorias e fundamentos da exclusão social. Brasília: Editora Universa, 2006.
- C.A.S.A. Apresenta dados estatísticos sobre o centro de apoio social ao adolescente. Disponível em <<http://www.febem.sp.gov.br/site/home.php>> Acesso em: 02 de Maio de 2007.
- FUNDAÇÃO TELEFÔNICA. **Medida Legal**: a experiência de cinco programas de medidas socioeducativas em meio aberto. São Paulo, 2008.
- GUIRADO, Marlene. **Instituição e relações afetivas: o vínculo com o abandono**. São Paulo: Sumus, 1986.
- LIBERATI, Wilson D. **Adolescente e ato infracional**: medida socioeducativa é pena? São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.
- SÁ, Alvinho Augusto de. Privação e delinquência. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, ano 8º, nº 30, p.127-142, abril – junho de 2000.
- WINNICOTT, Donald W. **Privação e Delinquência**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.